



Serviço Social e a organização político-sindical no contexto do novo sindicalismo no estado do Paraná (1983-1994)

Social Service and political union organization in the context of new unionism in the state of Paraná (1983-1994)

Tatiane Martins¹

Esther Luiza de Souza Lemos²

RESUMO:

Este artigo teve como objetivo analisar quais fatores influenciaram o movimento de organização político-sindical das(os) assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo na criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no estado do Paraná no período de 1983 a 1994. O estudo se baseou em pesquisa bibliográfica nas produções de autores que discutiram a temática, como também em pesquisa documental e de campo com entrevista semiestruturada com sujeitos que vivenciaram este processo. A análise teve como referência a compreensão de que a categoria profissional no estado do Paraná acompanhou o movimento de reorganização político-sindical da estrutura sindical por ramo de atividade econômica. Compreendeu-se que a perspectiva coletiva de incorporação das categorias profissionais nos espaços sindicais de luta geral da classe trabalhadora, apresentada e defendida pela CUT - Central Única dos Trabalhadores, permaneceu inconclusa, não sendo sustentada em seu desdobramento sócio-histórico no Brasil, como também pela categoria profissional no estado do Paraná. Este estudo é resultado de dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *Campus* de Toledo/PR.

Palavras- Chave: classe trabalhadora; assistentes sociais; organização político-sindical.

ABSTRACT:

The objective of this article is to analyze the factors that influence the political-union organization movement of social assistants in the context of new unionism in the creation and subsequent suspension of the activities of the Social Assistance Union in the State of Paraná in the period from 1983 to 1994. The study is based on bibliographic research in the productions of authors who discuss the subject, as well as documentary and field research with semi-structured interviews with actors who experienced this

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: tatiasocial17@gmail.com

² Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e pós-doutorado pela Universidade de Brasília - UnB. É professora efetiva da UNIOESTE - Campus de Toledo. E-mail: estherlemos@gmail.com



process. This is analyzed as a reference to understanding that the social assistants are members of the working class and that the decision to suspend activities is based on a strategy to strengthen the class and at the same time to inanimate participation in the professional category. union activities. It is understood that the collective perspective of incorporation of the professional categories in the union spaces of the general fight of the working class, presented and defended by the CUT (1986), remains unfinished, not being supported by its socio-historical documentation in Brazil, as also by the category professional in the State of Paraná. This study is the result of the master's dissertation of the Post-Graduation Program in Social Services of the State University of the West of Paraná - UNIOESTE, Toledo/PR campus.

Keywords: *working class; social assistants; political-union organization.*

Introdução

O movimento histórico e teórico de organização da classe trabalhadora, como também do Serviço Social na sociedade capitalista, especialmente no processo de ruptura com o conservadorismo, no período de redemocratização do país e efervescência dos movimentos sociais e populares de resistência e luta pelo fim da ditadura militar, influenciou o giro histórico da categoria profissional conforme explica Iamamoto (2014). Expressando o reconhecimento da condição de assalariamento e de trabalhador(a) inserido(a) na divisão social e técnica do trabalho na sociabilidade capitalista, com a atuação profissional diretamente vinculada aos processos de reprodução das relações sociais, rompendo assim, de forma hegemônica, com suas bases tradicionais.

O estudo é resultado da dissertação de mestrado, com o tema “A organização político-sindical das e dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no estado do Paraná (1983-1994), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *Campus* de Toledo/PR em 2022.

Considerando a necessidade de produção de conhecimento sobre este fértil período, determinante no fortalecimento da organização política da categoria nos tempos atuais, este estudo objetivou analisar os determinantes socio-históricos que contribuíram para a organização político-sindical da categoria profissional com a criação Sindicato dos Assistentes Sociais do estado do Paraná - SINDASP, no ano de 1983 e sua



suspensão no ano de 1994, seguindo a deliberação nacional no contexto da Associação Nacional de Assistentes Sociais - ANAS, também criada e extinta no mesmo período.

O estudo está baseado na realização de pesquisa bibliográfica sobre a temática, documental e de campo, considerando que o recorte temporal compreendeu a composição do Sindicato de Assistentes Sociais do Paraná – SINDASP em 4 gestões entre o ano de criação 1983 e de suspensão em 1994, sob um universo de 68 assistentes sociais. Foram realizadas 14 entrevistas, sendo 12 membros do Sindicato de Assistentes Sociais do Paraná – SINDASP e 3 militantes de base que vivenciaram e participaram das atividades do sindicato no período. Parte dos dados estão apresentados no presente texto.

O caminho de chegada é também o de partida para novas e promissoras pesquisas, desejando que a socialização da pesquisa enriqueça o debate e reflexões sobre os rumos históricos do sindicalismo no Brasil, sob a perspectiva de organização sindical por ramo de atividade econômica e a organização política da categoria no contexto da classe trabalhadora. Com a produção do conhecimento, o sentido é o de fortalecer a luta e a resistência da classe trabalhadora na direção de outro modelo de sociabilidade para além do capital.

Serviço social, trabalho assalariado e novo sindicalismo no Brasil

O processo histórico de organização da classe trabalhadora, influencia diretamente a organização político-sindical do Serviço Social como profissão, a qual se constitui como parte desse processo quando decide retomar sua organização, ativando suas entidades pré-sindicais, a partir de 1977. Este cenário histórico marca um importante processo de unificação da luta junto à ampla classe trabalhadora contra a ditadura militar, em um movimento de distensão rumo à abertura política e democratização do país.

Conforme aponta Antunes (1995), a partir do final da década de 1970 ocorre a retomada expressiva das ações grevistas, com a erupção do sindicalismo na busca de consolidação da organização da classe trabalhadora.



Esse conjunto de mudanças, segundo Almeida e Alencar (2001), significa a desordem do trabalho, levando aos diversos tipos de inseguranças no mercado de trabalho, na renda, no contrato e no emprego, e conseqüentemente, provocando alterações significativas no mundo do trabalho, o que determinam formas de domínio do capital.

A reestruturação produtiva materializa a ofensiva contraditória e antagônica do projeto societário burguês sobre as forças produtivas, reconhecendo-se como estratégia de resposta e enfrentamento da crise da globalização. Esta vem se legitimando nas esferas da criação de mecanismos sociais, políticos, culturais e institucionais e poderes instituídos na sociedade civil e política.

Mota e Amaral (1998), esclarecem que esta crise estrutural que marca especialmente a década de 1970, tem sua expressão mais evidente no índice de desemprego mundial, nos últimos 15 anos. Neste período evidencia-se a precarização do trabalho, de salários e da proteção social, permitindo estratégias de flexibilização da produção e da produtividade do trabalho, distanciando cada vez mais as relações entre patrões e empregados. Para os trabalhadores, estas alterações causam perdas irrecuperáveis, destacando-se o altíssimo índice de desemprego que vem enfraquecendo e fragmentando as formas de organização da classe trabalhadora, colocando os sujeitos da história em situação de dificuldades para organizarem-se, enquanto categoria profissional e/ou classe social.

Na década de 1980 o Brasil passou por mudanças significativas por meio de novos reordenamentos no quadro econômico, social e político da sociedade após a ditadura civil-militar, retomando um amplo movimento de redemocratização, contraditoriamente convivendo com o padrão de acumulação modelo de desenvolvimento econômico no país. A crise pela estagnação econômica, diminuição do Produto Interno Bruto - PIB, alta inflação e a dívida interna causada pela política fiscal expansionista do governo, como também pela abertura política que se processava de forma “lenta, gradual e segura”, ampliou a desigualdade social e o desemprego estrutural (Mota; Amaral, 1998).



Este cenário deu concretude à organização de movimentos de greve de trabalhadores operários industriais, metalúrgicos, assalariados, funcionários públicos, setores assalariados médios, setor de serviços, bem como o avanço do sindicalismo rural, com forte caráter de classe em contraposição às novas tendências econômicas de carácter internacional de reestruturação produtiva com mudanças significativas nos processos de trabalho em resposta a manutenção dos interesses do capital.

Deste modo, o novo sindicalismo surge em uma rearticulação das formas de organização da classe trabalhadora e sociedade civil em geral. Surgem oposições sindicais com o objetivo de retirar dos sindicatos oposições “pelegas” que o governo lhes havia atribuído com a extensão de seu controle, como também em contraposição ao regime de forma expressiva no ABC Paulista, em uma onda de greves nas fábricas. Segundo Silva (1984) entre 1978 e 1981, 5.300.000 trabalhadores realizaram greves para encaminhar suas demandas trabalhistas, com maior concentração de greves em São Paulo com 47% dos trabalhadores em greve.

Conforme os estudos de Rodrigues (1990), Abramides e Cabral (1995), o movimento sindical buscou a organização e fortalecimento de suas lutas a partir da criação de estruturas centrais de representação da classe trabalhadora. Em 1981 foi realizada em São Paulo a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, ocorrida sem a interferência do Estado e contou com a presença de 1091 entidades sindicais, representando um marco de organização dos trabalhadores de vários setores. Nesta conferência foram discutidas e aprovadas:

[...] luta contra o desemprego, estabilidade no emprego, salário mínimo real unificado, luta contra o “pacote” da Previdência, reforma agrária radical, fim das intervenções nos sindicatos dos trabalhadores, absolvição dos dirigentes sindicais cassados pela Lei de Segurança Nacional e direito à greve. [...] o plano de lutas aprovado (Abramides; Cabral, 1995, p. 75).

Também foi deliberado a formação de uma Comissão Nacional Pró-CUT - Central Única dos Trabalhadores, que representava um projeto autônomo, democrático e de classe com a tarefa de prosseguir o plano de lutas aprovado e organizar um Congresso Nacional dos trabalhadores em 1982. Para criação da CUT, acabou sendo adiada por meio de organização do bloco majoritário, identificado como Unidade Sindical. Por ser



um ano de eleições, poderia gerar tensões sociais para a continuidade da abertura política. Argumentava-se que a classe trabalhadora não estaria preparada para a realização da CONCLAT, porém após vários encontros nos estados, foi realizada em agosto de 1983 a criação oficial da CUT.

Aparecem então dois blocos conflitantes no interior desta organização sindical que compreendem os sindicalistas da Unidade Sindical atrelados aos “pelegos” e os sindicalistas combativos. O primeiro defende a necessidade de colaboração com as novas forças no poder, as greves podendo comprometer o avanço democrático. O segundo busca caminhos mais profundos de transformação social, pois os trabalhadores não podiam mais ficar à mercê da política econômica do governo; neste sentido, o caminho era a greve geral e a construção da CUT, “[...] nada de colaboração, nada de conciliação” (Abramides; Cabral, 1995, p. 75).

Na I CONCLAT como aponta Rodrigues (1990), também foi aprovado o plano de lutas, destacando-se: reforma agrária radical; fim da política econômica do governo; liberdades democráticas; rompimento com o FMI; não pagamento da dívida externa; fim do regime militar; eleições diretas para presidente; e combate ao desemprego e defesa da estabilidade do emprego; redução da jornada de trabalho; oposição ao arrocho salarial; defesa dos servidores públicos e das estatais; direito à habitação.

A criação da CUT foi um momento importante para o movimento sindical no país, pois representou uma concepção de sindicato livre, autônomo, democrático, classista de base e de massa, a qual se contrapõe com a configuração sindical oficial baseada numa prática de confronto e de luta permanente por melhores condições de trabalho como também de vida. Rompe com a dependência ao Estado, compreendendo que a luta deve ser autêntica, independente e de base.

A CUT na década de 1980 se consolidou no movimento de ordenamento dos trabalhadores em três congressos nacionais e imprimiu a marca de mudança na forma de constituição sindical em agosto de 1986 quando aconteceu a II CONCLAT. Dentre outras deliberações em seu plano de lutas contou com a aprovação de uma nova proposta de estrutura sindical de organização da classe trabalhadora em substituição à



estrutura corporativa em vigor, acompanhada de um plano de implantação dessa nova propositura.

Entre as deliberações aprovadas, destacaram-se:

[...]

Artigo 3º - ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O sindicato será organizado por ramo de atividade econômica (no setor agropecuário, industrial e serviços), tendo como meta a aglutinação de atividades afins num mesmo sindicato. Na medida do possível a organização sindical deve ampliar sua base geográfica visando à desmunicipalização do sindicato. Os trabalhadores criarão suas formas de organização desde os locais de trabalho até os seus órgãos máximos. Todos os trabalhadores terão sua organização sindical, tanto no setor privado como no setor público.

[...]

Artigo 6º - SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA

O sindicato e demais instâncias criarão formas de sustentação financeira que garantam o desenvolvimento da luta, a solidez de sua organização e o avanço da consciência de classe. Todas as formas impostas pelo Estado ou outras formas de sustentação financeira que comprometam a autonomia sindical deverão ser abolidas e rejeitadas (Abramides; Cabral, 1995, p. 108).

A proposta de reorganização sindical da CUT pela base recomenda a unificação dos trabalhadores e sua estadualização na organização por ramos de atividade, os quais substituiriam os atuais sindicatos dominados por categorias profissionais de natureza corporativista. Estas passaram a subsidiar experiências como a organização dos departamentos nacionais por ramo de atividade econômica que funcionavam no interior da CUT, abrangendo as categorias com maior força e trajetória na luta sindical, como “(metalúrgicos, bancários, petroleiros, educação, saúde, urbanitários, rurais), [...]” possibilitam avançar na negociação do contrato coletivo de trabalho e com isso dar passos concretos de ruptura da estrutura das corporações, fragmentada para uma ação coletiva (Abramides; Cabral, 1995, p. 108).

Neste sentido, a direção da mudança na estrutura corporativa ainda em curso estabelece um caminho para o fortalecimento e consolidação da concepção de ramo de atividade econômica no enfrentamento das lutas com o patronato e o Estado.

Porém a partir do final da década de 1980 marcam um processo de inflexão no movimento sindical enfraquecendo esse processo de transitoriedade para uma



estrutura sindical de classe, diante das novas determinações nos processos de trabalho através de um reordenamento do capital.

Antunes (2009), ressalta que o nascimento das Centrais Sindicais, especialmente a CUT- Central Única dos Trabalhadores que tenta implementar a organização das e dos trabalhadores (as) nos locais de trabalho, na década de 1990 como consequência de alterações profundas na precarização, retração do trabalho industrial intensificando o desmonte dos direitos trabalhistas. Este movimento tornou mais defensivo o novo sindicalismo, levando a sua inserção na onda regressiva internacional.

Neste sentido o quadro crítico do sindicalismo na década 1990 forjou a Força Sindical que representa o sindicalismo da nova direita em sintonia com o capital globalizado e o posicionamento da CUT- Central Única dos Trabalhadores, que majoritariamente se vincula à política de parceria e negociação junto ao patronato.

Assim a CUT - Central Única dos Trabalhadores da década de 1990 abre mão gradativamente das lutas históricas e assume uma postura de sindicalismo institucionalizado, abandonando as lutas anticapitalistas na direção do socialismo. Na análise de Abramides, “Essa concepção politicista apresenta-se na social-democracia que influencia setores da esquerda que migram gradativamente a ela, como se fosse possível humanizar o capitalismo” (Abramides, 2019, p. 212).

Neste movimento de efervescência dos movimentos populares, os/as assistentes sociais também retomaram sindicatos e associações pré-sindicais, muitas destas entidades desativadas no país depois do golpe civil-militar, como instrumento de luta por mudanças societárias, passando a questionar suas bases conservadoras. Neste processo deu-se o próprio reconhecimento como trabalhador(a) especializado(a), na condição de assalariado(a), inserido(a) na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 2007), sofrendo os mesmos impactos de precarização e exploração do trabalho como classe trabalhadora. É no contexto de efervescência da classe trabalhadora na luta por direitos e democratização, num contexto de crise econômica que a reorganização política se colocou como necessidade.

A partir de 1977 os assistentes sociais realizam um intenso trabalho para reativar suas entidades pré-sindicais e sindicais em todo o país, até então desativadas pelo



governo ditatorial e repressor. Em 1979 haviam 22 entidades sindicais e pré-sindicais, denominadas como Associação dos Profissionais Assistentes Sociais - APAS. Em 1978 foi criada em São Paulo a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – CENEAS (1978-1983), representando o fórum máximo de deliberações, pois “[...] não era mais possível dar continuidade aos encontros sem criar um mecanismo de articulação que encaminhasse e unificasse as lutas nacionais deliberadas no Encontro das Entidades” (Abramides; Cabral, 1995, p. 128).

O marco histórico do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, historicamente chamado “Congresso da Virada” realizado em 1979 no Anhembi – São Paulo, foi fruto deste processo em ebulição no país. Com a insatisfação de um grupo considerável da categoria profissional, sob a direção do CENEAS, como estratégia política, foi construído um documento expressando o descontentamento e denunciando o caráter conservador do então III CBAS. A estrutura burocrática e, principalmente, a presença de militares na mesa de abertura gerou reação das e dos participantes (Abramides; Cabral, 1995).

Nesta ocasião, dirigentes sindicais coordenados pelo CENEAS alteraram a lógica estabelecida e assumiram a organização do Congresso, expressando de forma pública a direção escolhida pela categoria profissional de ruptura com o conservadorismo, assumindo um posicionamento comprometido com a classe trabalhadora.

Durante o IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, ocorreu a deliberação pela realização da I Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais em 1982, sendo então fundada a Associação Nacional de Assistentes Sociais - ANAS (1983-1994), como representação político-sindical de pró-federação de abrangência nacional. Este momento expressou um salto na organização político-sindical da categoria profissional, neste momento vinculada à Central Única dos Trabalhadores – CUT, conforme Cardoso (2016).

Em 1986 aconteceu o II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CONCUT, considerada instância máxima de deliberação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Neste Congresso foi aprovada a criação de uma nova estrutura sindical de classe em substituição à estrutura corporativista, herdada do getulismo.



Nesta nova proposta, os sindicatos seriam organizados por ramo de atividade ou produção econômica, os quais substituiriam os sindicatos por categoria. Tal deliberação objetivava mudar o perfil da organização, rompendo com o corporativismo e buscando a autonomia sindical. Nesse contexto, conforme Rodrigues (1990), a tarefa de implantação de uma nova estrutura sindical de classe se colocou aos trabalhadores, desde suas bases até as instâncias superiores.

Para o Serviço Social, a tese defendida e orientada pela Central Única dos Trabalhadores - CUT foi debatida pela categoria profissional na IV Assembléia da Associação Nacional de Assistentes Sociais - ANAS em 1987. No evento estavam presentes entidades sindicais e pré-sindicatos, as APAS, sendo deliberado por unanimidade a opção em aderir e assumir a grande e complexa tarefa de articular e estabelecer os caminhos para amplo debate e (re)organização em âmbito nacional, do processo de transição. A tarefa significava “[...] implantar uma nova estrutura sindical da CUT por ramo de atividade econômica onde a inserção majoritária da categoria se dá no serviço público” (ANAS, 1989, *apud* Abramides; Cabral, 1995, p. 184).

A trajetória ascendente do sindicalismo na década 1990, a partir do início dos anos, sofre o impacto das transformações com a implantação do neoliberalismo que se materializa em diversas dimensões da sociedade. A degradação das condições de vida da classe trabalhadora e a destruição dos espaços coletivos se intensificou. O sindicalismo mundial e brasileiro foi colocado na defensiva, onde uma das principais centrais sindicais do país, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, que na década de 1980 foi extremamente combativa e de confronto de massas, passa a adotar, posturas de negociação e participação no desenvolvimento de tendências neocorporativistas.

O processo de transição dos sindicatos para a nova estrutura sindical por ramo de atividade econômica, a partir da decisão da Central Única dos Trabalhadores – CUT, foi distinta entre as diferentes categorias profissionais organizadas. A Associação Nacional de Assistentes Sociais - ANAS, na qual a categoria estava representada foi a única que extinguiu seus sindicatos, ocorrendo um recuo de outras categorias profissionais. O movimento de dissolução dos sindicatos de assistentes sociais ocorreu



concomitantemente ao fortalecimento dos sindicatos gerais e por contratação no início dos anos 1990.

O processo de transitoriedade da organização sindical dos/as assistentes sociais ocorreu no período de 1989 a 1994, em contexto estadual e federal. A extinção da Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS ocorreu em 1994, mesmo ano que se efetivou a suspensão do Sindicato de Assistentes Sociais do Paraná – SINDASP, processo apresentado a seguir.

A organização político-sindical da categoria no Paraná de 1983 a 1994

Abramides e Cabral (1995), esclareceram que em 1979 já haviam 22 entidades sindicais e pré-sindicais, denominadas “Associações dos Profissionais Assistentes Sociais – APAS”. Entre estes encontra-se o Sindicato de Assistentes Sociais - SINDASP que foi criado em 1983 no Município de Curitiba/PR. Antes da formalização como sindicato, em 1977 havia sido criada uma Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná - APASP, reconhecida como entidade pré-sindical de perímetro estadual, iniciando assim as primeiras discussões sobre a importância de organizar um espaço em defesa dos interesses e demandas trabalhistas da categoria profissional.

Após dois anos, ou seja, em 1979, conforme afirmou Andrean (2020) em sua dissertação de mestrado sobre “A Organização Política das Assistentes Sociais em Londrina: 1960-1984”, as profissionais assistentes sociais de Londrina também criaram a Associação Profissional de Assistentes Sociais de Londrina - APAS/LDA. Neste período histórico, a categoria profissional estava representada por duas entidades pré-sindicais e/ou Associação Profissional no estado do Paraná, porém os desdobramentos históricos da organização, a categoria profissional deliberou posteriormente pela criação de uma única entidade sindical no estado do Paraná formalizada então em 1983.

Na pesquisa documental foi identificado que a APASP - Associação dos Profissionais Assistentes Sociais do estado do Paraná foi representada por 4 gestões, que compreendem a 1ª Gestão que assumiu o período de 1977/1978, 2ª Gestão 1978/1979, 3ª Gestão 1979/1981 e a 4ª Gestão de 1981-1983, de transição, a que coube



a tarefa de iniciar o processo de formalizar a transformação da APASP em sindicato no ano de 1983.

O Sindicato de Assistentes Sociais do estado do Paraná, após um intenso envolvimento e trabalho de seus protagonistas, conseguiu mobilizar a categoria profissional de todo o estado e deliberar pela aprovação em assembleia geral ordinária em Curitiba/PR que aconteceu em 18/06/83, quando neste mesmo evento também foi aprovado seu Estatuto de funcionamento. O período até a decisão coletiva pela desativação de suas atividades sindicais que aconteceu em 1994, foi eleito 4 gestões e/ou diretorias, que compreenderam: a 1ª Gestão: 1983 a 1986 SINDASP; 2ª Gestão: 1986 a 1989 SINDASP; 3ª Gestão 1989 a 1992/93 SINDASP; e 4ª Gestão 1993 a 1996 SINDASP.

Pode-se destacar que tanto a criação da APASP, como a formalização do SINDASP junto ao Ministério do Trabalho, ocorreu com um intenso esforço, dedicação e envolvimento de seus protagonistas. A comunicação na década de 1970 e 1980 era pessoalmente ou através de telegrama e muitas reuniões da categoria profissional aconteciam de forma clandestina, em meio a um contexto de repressão e cerceamento de direitos civis e políticos, especialmente, no que diz respeito à organização coletiva dos trabalhadores.

Segundo análise documental como também com sujeitos da pesquisa que fizeram parte das diretorias do SINDASP, não haviam recursos financeiros para manutenção das atividades de organização pré-sindical, ou seja, nem da APASP, como também do sindicato e os recursos que advinham do imposto sindical eram ínfimos para manutenção das despesas da entidade. Também não havia sede própria e para manter suas atividades dependiam da articulação junto à Gestão do CRAS - Conselho Regional de Assistentes Sociais do Paraná, com o qual, por alguns períodos de tempo, quando havia congruência e apoio das gestões no que diz respeito à pauta de lutas, dividia-se o mesmo espaço físico, com repasse de contribuição financeira ao CRAS/CRESS, a fim de manter gastos de manutenção como telefone, luz, água, entre outros.

Outra receita reconhecida eram as contribuições dos assistentes sociais associados, que mantinha minimamente a realização das atividades administrativas, de



mobilização propostas pelas direções em cada gestão. É importante salientar que nas atas de reuniões vários membros da diretoria quando não tinham recursos para pagamento de despesas, a própria diretoria assumia com recursos particulares, para manter a luta e resistência da categoria profissional frente às demandas contraditórias impostas à classe trabalhadora no período, conforme consta na cópia de materiais históricos volume I e II. SINDASP. Ata de reunião da diretoria.

Importante destacar que as atividades sindicais do SINDASP, pautaram-se a partir de discussões e deliberações da categoria profissional no plano da organização político-sindical nacional, com representação do estado do Paraná nos espaços de organização e deliberação coletiva, por meio das assembleias, reuniões, seminários e/ou outras atividades organizadas pelo CENEAS - Comissão Executiva Nacional de Entidades de Assistentes Sociais e posteriormente através da pró-federação ANAS. As representações do estado faziam a devolutiva através de espaços coletivos de luta organizadas pela categoria profissional tanto nas reuniões na capital do Paraná como também, deslocavam-se para os municípios do interior como Cascavel, Ponta Grossa, Londrina, Foz do Iguaçu, Campo Mourão para fortalecer e organizar a agenda de lutas.

Sem dúvidas, cada realidade no estado tinha suas especificidades e a profissão de Serviço Social, ainda “jovem”, estava começando a ocupar espaços de trabalho no setor público e privado, necessitando um olhar atento e próximo do sindicato como também do CRAS/CRESS. Estes realizavam várias atividades conjuntas de fiscalização, deixando evidente a compreensão naquele momento da natureza de entidade representativa, especialmente nas questões que eram de âmbito trabalhista de responsabilidade do sindicato, ou seja, forma de contratação, piso salarial, condições de trabalho; e do CRAS/CRESS no que diz respeito à orientação e fiscalização do exercício profissional e defesa da profissão, conforme as prerrogativas do Código de Ética de 1986 em vigor no período.

A partir da mobilização e fortalecimento cada vez maior do Serviço Social no estado do Paraná, que também articulava com outras categorias profissionais, movimentos sociais de defesa de direitos, partidos políticos, no período de 1983 a 1989, e segundo relatório de extinção do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná -



SINDASP, documento sob o protocolo nº 4566, revelaram maior atuação do sindicato junto às demandas trabalhistas da categoria profissional, como também sua participação direta nas lutas gerais da classe trabalhadora.

Conforme aponta Rodrigues (1990) em julho de 1986, acontece uma virada na forma de organização sindical, quando acontece o II CONCUR - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, sendo instância máxima de deliberação da CUT. Neste encontro aconteceu a aprovação da campanha nacional de lutas e em uma das teses aprovou e criou uma nova ordenação sindical de classe, em substituição à anterior corporativista. A tese defendia a configuração por ramo de atividade ou produção econômica, substituindo os sindicatos por categoria, mudando deste modo totalmente seu perfil de disposição, rompendo com o corporativismo e buscando a autonomia sindical. A tarefa de implantação da nova estrutura sindical de classe cabia aos trabalhadores, desde suas bases até as instâncias superiores.

Após um período longo de debates sobre o tema, que perdurou entre 1986 até a decisão final de “extinção”, das atividades sindicais em 1994, através da convocação da base, através inicialmente da organização de assembleias e/ou reuniões descentralizadas no ano de 1994 em Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Curitiba. Este processo culminou no IV Congresso Estadual dos Assistentes Sociais que aconteceu em Curitiba no dia 27/08/1994, a discussão e deliberação sobre a decisão do estado do Paraná frente à discussão nacional sobre os rumos da organização sindical no Brasil, considerando as deliberações da ANAS e a sistematização das discussões apresentada no VII CBAS em 1992.

Conforme pesquisa documental, segundo relatório de uma das teses no VII CBAS, a assistente social, Maria de Fatima Azevedo Pereira, representante do estado do Paraná argumentou:

[...] acabar com a corporação dos sindicatos de categoria e criar sindicatos por ramo de atividades é o grande desafio, esta é a transitoriedade do movimento sindical para todos os seus setores. Evidente que existem particularidades, mas são também no geral parecidas. Avançando nesta linha de raciocínio, a referida profissional adverte “os problemas conjunturais [...], “[...] têm raízes mais profundas na



necessidade de agrupamento por ramo de atividade e produção, mais conseqüente para a luta que travam os trabalhadores por melhores condições de vida, trabalho, salário e finalmente por um governo que responda a seus anseios.

Foi encontrado também o posicionamento da assistente social Elza Maria de Campos, na tese apresentada no III Congresso dos Assistentes Sociais do Paraná (1988), destacando que,

[...] no aprofundamento da nova forma de organização dos sindicatos, podemos chegar à conclusão de que o melhor seria (e isto seria uma grande contribuição para dar um fim ao corporativismo conservador existente e muito no momento sindical), dissolver os sindicatos de categoria profissional. Isso é um assunto polêmico que será fruto de grandes debates na categoria a nível nacional.

As discussões da categoria profissional do estado do Paraná sobre a reorganização dos sindicatos por ramo de atividade econômica expressou inicialmente uma divisão de opiniões no interior da própria direção, daqueles que eram contrários devido ao sindicato ter sido recentemente formalizado junto ao Ministério do Trabalho e estava no auge de suas atividades, como também uma certa incompreensão de alguns membros da direção e da própria categoria em todo o estado, sobre o que este novo movimento significava para o futuro do SINDASP.

Porém a decisão tomada pela direção foi aguardar e ter maior apropriação do movimento nacional das entidades sindicais da categoria como da ampla classe trabalhadora e oportunizar novos espaços coletivos junto à categoria no estado para definir os rumos futuros do SINDASP.

Assim, o processo de transitoriedade adentra a gestão do SINDASP no período de 1993 a 1996, trazendo com maior profundidade limites como a dificuldade financeira e de manutenção da entidade, necessidade de dedicação exclusiva nas atividades do sindicato que era representado por membros trabalhadores e trabalhadoras em outros espaços sócio-ocupacionais, participação e envolvimento cada vez menor da categoria profissional no sindicato que se expressa na fala de um dos entrevistados na pesquisa, membro da diretoria na gestão de 1993 a 1996:



[...] falta de estrutura do sindicato e a participação da categoria são dois lados da mesma moeda, porque você não sabe se você teria mais recursos se mobilizasse a categoria, se ela não viria né! Então são dois pólos né, o sindicato não tinha capacidade de mobilização e [...] a própria categoria não se mobilizava na luta sindical e aí veio o incentivo da CUT para encerrar, então acho que estas três coisas pesaram: a não disponibilidade da categoria para a luta sindical, ausência de recursos no sindicato e a indicação da CUT que foi determinante porque ela fez o movimento acontecer. Não fosse isso, não seria formada uma nova chapa e o sindicato morreria por inanição.

Os problemas financeiros, de estrutura e de participação da categoria profissional esteve presente em vários momentos históricos da organização da entidade no estado e se aprofundou na última gestão, somada a direção da CUT e ANAS de repensar e reorganizar a forma de organização sindical em todo o país, trouxe a tarefa para esta gestão de organizar espaços de discussão no interior e depois no domínio do estado no sentido de estabelecer uma decisão conjunta que segundo os documentos analisados também tiveram pouca participação dos/as assistentes sociais, considerando o contingente de profissionais em todo o estado. A análise de outra entrevistada, membro da diretoria no período de 1993 a 1996, considera que

Fácil a decisão não foi! Afinal de contas estávamos fechando um sindicato [...] mas, também tinha um reflexo de um momento de maturidade da organização dos trabalhadores, essa possibilidade do coletivo ser muito maior, havia um peso nessa responsabilidade, havia uma frustração tremenda da não participação da categoria nas discussões, [...] mas havia uma consciência de que naquele contexto a gente reforçava uma luta maior.

[...] esse processo de decisão para [...] aderir aos ramos de atividade porquê de certa forma, já estavam vinculados aos sindicatos da própria prefeitura e a maior parte dos assistentes sociais eram concursados, [...] a ideia é nos juntar com aqueles que já estavam organizados, garantia para gente mais conquistas lá na hora de fazer a negociação grupo de trabalhadores, este contexto favoreceu!.



Contudo é importante considerar que as entidades sindicais nos estados, especialmente o SINDASP no Paraná, que mesmo com as dificuldades em sua organização compreendem e se alinham as discussões de alçada nacional e decidem por suspender suas atividades sindicais em 1994, ao mesmo tempo em que ocorre a extinção da ANAS e tem assim um papel decisivo na articulação fortalecimento da reorganização sindical, passando a unir suas lutas junto com a classe trabalhadora geral por meio dos sindicatos de classe.

Neste processo de transição, permaneceram abertos cinco sindicatos de assistentes sociais que, no ano de 2000, conforme aponta Santos (2007), desconsiderando a historicidade do processo e deliberação coletiva, considerando que existiam direções e algumas entidades sindicais com base organizativa corporativista, os cinco sindicatos remanescentes fundaram a Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS, apresentando contradições em sua forma de organização até a contemporaneidade.

Esta ofensiva neoliberal na década de 1990, como aponta Cardoso (2016), atacou e destruiu direitos sociais, políticos e econômicos conquistados de forma árdua pelo conjunto dos trabalhadores e o processo de flexibilização das relações de trabalho, e contribuiu significativamente para o enfraquecimento da organização dos trabalhadores e de suas organizações representativas e a negociação passa a ser sua principal forma de expressão. Constituindo-se assim, uma outra organização Cutista, que até então, tinha um caráter de oposição e combatividade, passando a defender posturas de passividade e de negociação, contrárias ao que fundamentou sua constituição a partir dos interesses classistas e de oposição ao estado.

Desta forma é possível afirmar que o processo de transitoriedade dos sindicatos de assistentes sociais foi um movimento inconcluso, pois não estava descolado do movimento e organização da própria sociedade na década de 1990, na qual o neoliberalismo por meio da reestruturação produtiva, operacionaliza o desmonte do estado. A partir da rápida inserção da política de privatização e descentralização das políticas institucionais, o mercado de trabalho sofre impactos diretos destas



transformações operadas nas esferas produtivas e estatais, alterando as relações entre estado e sociedade.

Após o movimento intenso de discussões pela categoria profissional, segundo a descrição do Folder impresso da programação do IV CONEAS - Congresso Estadual de Assistentes Sociais do Paraná que aconteceu em 27/08/94, foi possível realizar as análises e reflexões necessárias para a tomada definitiva de posição de forma madura. A esfera nacional este debate ocorreu desde 1986, a partir da deliberação da CUT e ANAS, à luz da conjuntura socio-político-econômica do país naquele momento. Parafraseando a análise e avaliação final após a decisão dos membros da diretoria do SINDASP, da gestão (1993/1996), o estado do Paraná, abriu um novo caminho e se une à luta nacional de organização da classe trabalhadora no âmbito sindical.

Deste modo, o SINDASP encerra oficialmente suas atividades em 27/08/1994, por deliberação em assembleia geral com a categoria profissional de assistentes sociais no estado do Paraná passando a incorporar os sindicatos majoritários da classe trabalhadora, onde estavam vinculados seus espaços de trabalho, iniciando outro momento para organização sindical que acompanhava a mesma lógica vivenciada pela categoria profissional nacional. Porém é importante destacar que o SINDASP encerrou suas atividades sindicais, mas não oficializou sua extinção junto ao Ministério do Trabalho, por este motivo que as atividades são consideradas suspensas e não extintas, como consta nos documentos analisados (Relatório de extinção do Sindicato dos/as Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP, protocolo nº 4566, 1983).

Considerações finais

No contexto de produção e reprodução das relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre o capital e o trabalho na sociedade capitalista, as e os assistentes sociais estabeleceram um protagonismo que se destaca na organização político-sindical no estado do Paraná na década de 1980 e 1990. Como coletivo profissional, a pesquisa evidenciou que as e os assistentes sociais no Paraná estavam inseridos no movimento de luta e resistência da classe trabalhadora, fruto da crise



mundial, especialmente na América Latina, contribuindo para a redemocratização e abertura política no país. Este período marcou o rompimento da profissão com suas bases conservadoras, estabelecendo seu compromisso ético-político, com a classe trabalhadora e com as lutas emancipatórias.

O percurso investigativo e a exposição do trabalho tiveram como fonte a vivência e a memória documental, dos sujeitos sociais profissionais que vivenciaram e construíram a trajetória de organização político-sindical no estado. Profissionais que participaram da organização da categoria profissional no Paraná e em contexto nacional como classe trabalhadora no movimento da história.

Na pesquisa proposta, foi possível identificar que a categoria profissional do estado do Paraná construiu seu próprio caminho histórico de militância, luta e organização ao criar a APASP em 1977, para inicialmente responder às demandas de ordem econômica (jornada de trabalho, salário, condições de trabalho) da categoria profissional, também contava com representantes do Paraná nas atividades em domínio nacional dos espaços de discussão das atividades de categorias profissionais como também da classe trabalhadora de modo geral, fortalecendo sua organização, chegando a criação do SINDASP em 1983.

Em 1994, após 11 anos de atividade, a categoria tomou a decisão coletiva de desativar suas atividades sindicais, após a deliberação da CONCUR em 1986, junto ao movimento nacional de reorganização sindical por ramo de atividade econômica. Como apresentado no estudo, esta decisão foi deliberada e aprovada por unanimidade em esfera nacional da III Assembléia Nacional Sindical de Assistentes Sociais – ANAS em 1989, em Belo Horizonte, sendo reafirmada na IV Assembléia Nacional Sindical de Assistentes Sociais – ANAS em 1991, em Campinas/SP.

Esse processo de reorganização sindical foi marcado por diversos entraves de ordem conjuntural, pois vivia-se em um contexto de ditadura civil-militar e cerceamento de direitos, que afetava especialmente os direitos políticos da classe que vivia do trabalho. Porém esta realidade não fez calar um grupo de mulheres no estado do Paraná, que eram jovens na profissão de Serviço Social. Lutaram incansavelmente para conquistar seu espaço em uma sociedade conservadora e reacionária. Vislumbrando



outro modelo de sociedade escolheram se organizar e fortalecer, passando a ocupar espaços junto com outros coletivos como partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais também ascendentes na luta em todo o país.

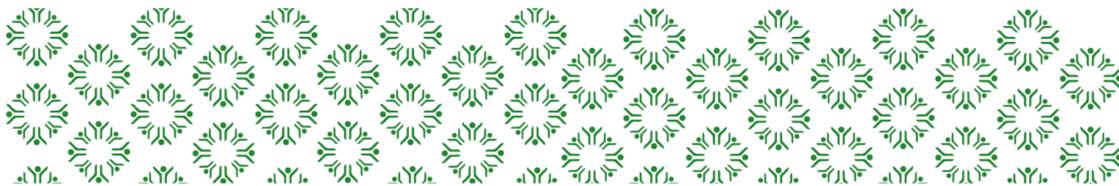
Deste modo, a suspensão das atividades do SINDASP/PR, não significou um retrocesso político organizativo, pelo contrário, significou a defesa e compreensão da necessidade histórica de um sindicato classista e que superasse a fragmentação da classe trabalhadora em categorias profissionais.

Neste movimento de organização político-sindical das/dos assistentes sociais no estado do Paraná, observou-se por meio da análise documental, que após um ano de oficialização do SINDASP junto ao Ministério do Trabalho.

Os e as assistentes sociais no estado do Paraná tiveram a difícil tarefa de buscar compreender a nova lógica de organização sindical, como em outros espaços de norte a sul do país. Buscando um amplo debate coletivo que perdurou de 1986 até a deliberação em 1994 pela suspensão das atividades sindicais por categoria profissional.

Assim em 1994 organiza espaços coletivos através de encontros descentralizados no interior do estado, os quais foram extremamente importantes para discussão sobre o futuro do SINDASP até chegar à deliberação em assembleia geral do IV Congresso Estadual dos Assistentes Sociais do Paraná - CONEAS em 27/08/1994, pela suspensão de suas atividades sindicais em 1994, mesmo ano em que ocorreu a extinção da ANAS e outros sindicatos da categoria profissional em demais estados.

Mesmo que a decisão em suspender as atividades do sindicato no Paraná em 1994 tenha levado em consideração as dificuldades e inanição da própria organização da categoria profissional é fato que a decisão coletiva acompanhou a articulação nacional em avançar para uma nova direção de organização junto à classe trabalhadora majoritária. Esse movimento alcançou um outro patamar de consciência de classe, quando a organização corporativa passou a ser substituída pela de luta e resistência junto com outros trabalhadores, a partir de seus espaços de trabalho, que neste momento histórico, em sua maioria estavam vinculadas ao serviço público de âmbito municipal, estadual e federal.



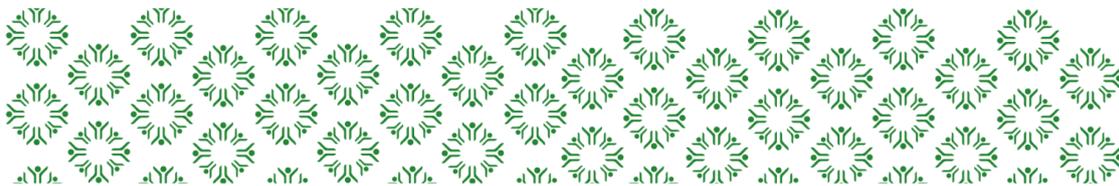
O caminho escolhido para compreender e responder a pergunta central da pesquisa, buscou-se resgatar alguns elementos para reflexão acerca do movimento histórico e teórico de organização político- sindical do Serviço Social no contexto do novo sindicalismo no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, significando um movimento legítimo de organização e resistência dos trabalhadores. Em meio a suas limitações e potencialidades deveria ser ocupado e fortalecido em detrimento aos interesses imediatos e políticos da classe trabalhadora.

Os e as assistentes sociais, avançando para um novo patamar ao tomarem consciência do projeto coletivo ao reconhecerem-se como parte da classe trabalhadora, na condição de profissionais especializados, inseridos na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 2014), decidiram retomar sua organização, ativando suas entidades pré e sindicais, a partir de 1977.

Ao buscar elementos históricos do desenvolvimento econômico, político e social, lutas e organização da classe trabalhadora e sua relação com a organização político-sindical dos Assistentes Sociais no estado do Paraná foi possível constatar que as determinações sócio-históricas paranaenses como reflexo nacional se desenvolveram sob bases do conservadorismo. Porém, a luta e a resistência contra a realidade sempre estiveram presentes na história da profissão com uma vanguarda fortalecida em construir outro modelo de sociedade.

Ao transpor os resultados da pesquisa, a partir do protagonismo da categoria, constatou-se que o processo de criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no estado do Paraná nos anos 1980 e 1990, teve como fator determinante os próprios limites e avanços impostos no seu tempo histórico e, que se configurou em particularidades no que diz respeito às escolhas pessoais, de formação profissional e a própria militância.

A decisão de desativar as atividades sindicais no estado do Paraná, também foi influenciada por outros fatores, como a dificuldade financeira, de estrutura física e da participação da categoria profissional na condição de associado e nas atividades do sindicato, mesmo nas atividades propostas no interior do estado. Constatando-se que a



decisão da categoria, somou-se à precária realidade de funcionamento da entidade. Situação esta, que se faz presente desde sua criação.

Contudo, considerou-se importante o resgate desta memória documental, ainda incompleta, do contexto histórico da organização político-sindical dos e das Assistentes Sociais do estado do Paraná, com a participação de outros sujeitos sociais, como membros da diretoria, da base de militância, do próprio CRAS/CRESS e que também estiveram presentes e participaram deste processo.

Porém é importante destacar que em 1994, são fechados 23 sindicatos corporativos da categoria profissional, no processo de transição de organização sindical por ramo. A história permanece na memória de seus protagonistas, alguns deles ainda vivos e precisam ser resgatadas e sistematizadas para amplo conhecimento da sociedade e das novas gerações, principalmente de assistentes sociais, considerando que uma notável fração de profissionais desconhecem o processo histórico e político de organização da classe e os motivos que levaram a categoria a ativar e posteriormente desativar suas atividades sindicais.

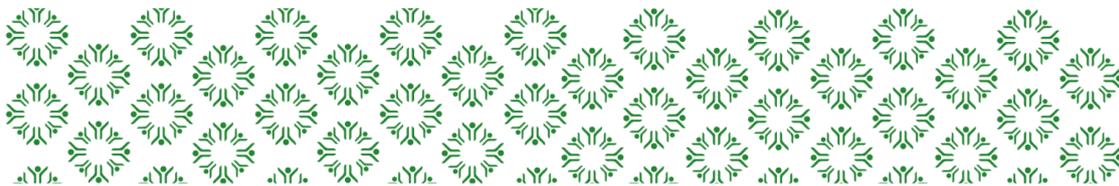
Neste sentido cabe uma grandiosa tarefa aos assistentes sociais em fortalecer seus espaços coletivos de discussão, recuperar a trajetória de lutas, conquistas e desafios vivenciados pelas vanguardas da categoria profissional e compreender que o projeto profissional, tem suas raízes na vida concreta de sujeitos sociais que se organizam coletivamente nas instâncias representativas construindo a direção social da profissão comprometida com os interesses e lutas dos trabalhadores.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. E. *O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, M. B. C. E.; CABRAL, M. S. R. *O novo sindicalismo e o serviço social: trajetória e processos de luta de uma categoria, 1978-1988*. São Paulo: Cortez, 1995.

ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T de transformações estruturais e desemprego no capitalismo contemporâneo. *In: SERRA, R. (org.) Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 89-106.



ANDREAN, R. A. S. C. *A organização política das assistentes sociais em Londrina: 1960-1984*. 2020, 182f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

CARDOSO, R. O. Notas sobre a organização político-sindical dos assistentes sociais na atualidade. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 16, n. 32, jul./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n32p307-328>.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, p. 23-44, 1998.

RODRIGUES, L. M. *CUT*: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, T. R. M. Dilemas e perspectivas da organização sindical dos(as) assistentes sociais no Brasil: da redemocratização ao contexto neoliberal. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 3., 2007, São Luís. *Anais* [...]. São Luís: UFMA, 2007. p. 1-9.

SINDASP - SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ. *Processo de extinção*. Curitiba, PR: SINDASP, [2005?]. Dossiê. CRESS 11ª Região sob o protocolo nº 4566.

SILVA, R. A. São Paulo: impasses e perspectivas das lutas sindicais. In: CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Recebido em: 06/03/2023

Aceito em: 02/07/2024